

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.358 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 2001



## SENADORES REPUDIAM TERROR

O Senado aprovou requerimentos de solidariedade ao povo e ao Congresso norte-americanos em razão dos atentados terroristas contra o World Trade Center, em Nova York, e o Pentágono, em Washington

PÁGINAS 6 A 8



Comissão quer ouvir ministros sobre o Plano Nacional de Educação

### CE decide convocar Paulo Renato e Martus Tavares

PÁGINA 10



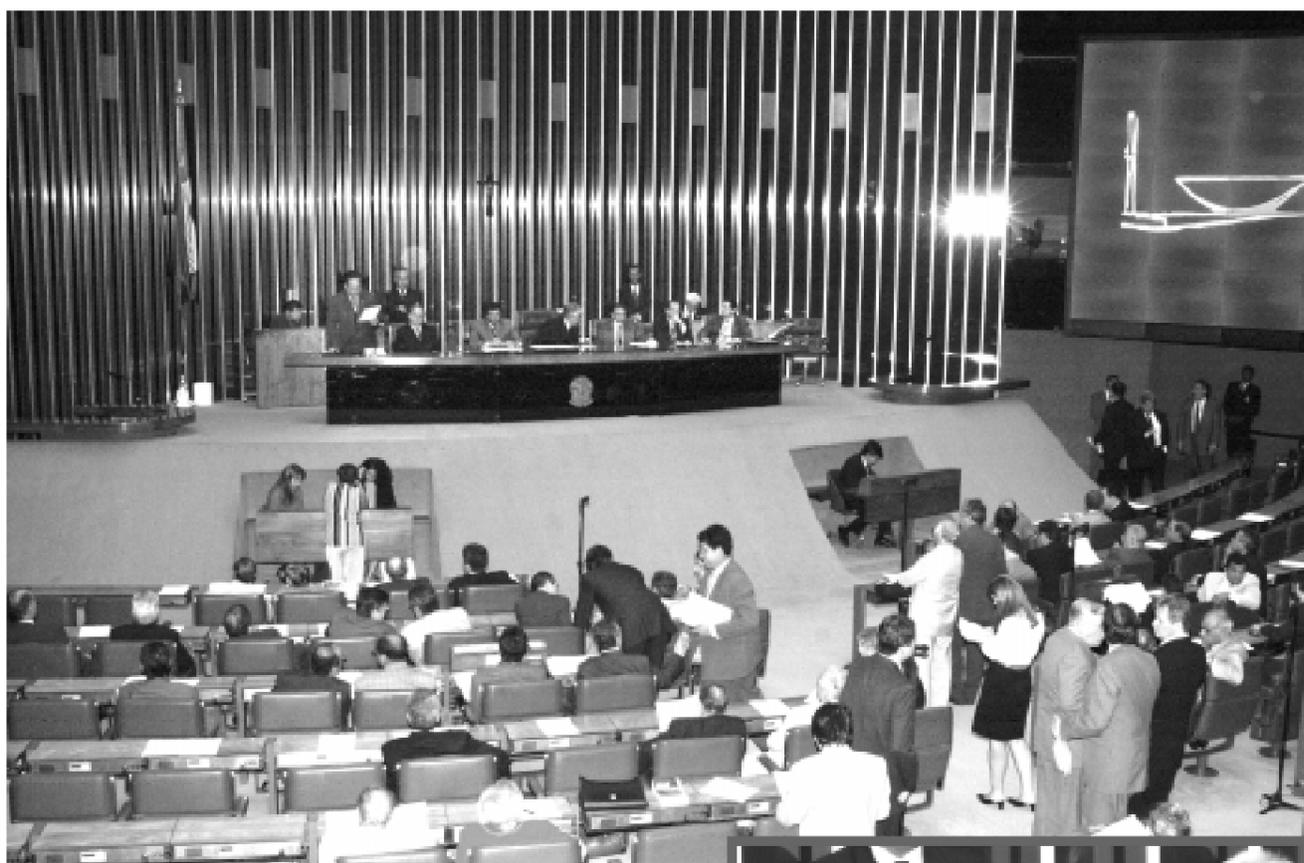
A CAE decidiu que o Senado não criará obstáculos à operação

### CAE libera operação financeira entre Pernambuco e Caixa

PÁGINA 5

**"Site" mostra dívidas de estados e municípios**

PÁGINA 5



A emenda que limita a edição de medidas provisórias foi promulgada pelo Congresso Nacional depois de seis anos de debates

### Restrições a MPs começam a vigorar

Sob aplausos, em sessão solene, o Congresso Nacional promulgou ontem a Emenda Constitucional nº 32, que restringe a edição de medidas provisórias pelo Poder Executivo. Para o presidente interino do Senado, Edison Lobão (*à direita*), a emenda instaura maior equilíbrio entre os Poderes.

PÁGINA 3



## CCJ e CAE votam pareceres sobre nova Lei das S.A.

As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos realizam hoje reunião conjunta para apreciar os dois pareceres apresentados ao projeto que altera a Lei das Sociedades Anônimas. Objetivo da proposta é fortalecer o mercado brasileiro de capitais e garantir proteção ao acionista minoritário.

PÁGINA 5

# Martus explica amanhã Orçamento de 2002 para os parlamentares

Comissão também se reúne hoje pela manhã para examinar destaques a projeto que autoriza o governo, por meio de alteração no PPA, a adquirir computadores para escolas de ensino médio

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, comparece amanhã, às 9h, à Comissão Mista de Orçamento para prestar esclarecimentos aos deputados e senadores sobre o projeto de Lei Orçamentária para 2002. O presidente da comissão, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), decidiu que a audiência será pública, podendo ter a presença de qualquer pessoa interessada no assunto.

Carlos Bezerra também convocou reunião para as 10h30 de hoje, destinada a examinar deze-



A audiência pública com Martus Tavares será aberta a qualquer pessoa interessada

nas de destaques apresentados ao projeto que altera o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) 2000-2003. O projeto autoriza o governo a gastar cerca de R\$ 2,6 bilhões do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), sendo R\$ 1 bilhão na compra de computadores para serem distribuídos a 13.500 escolas de ensino médio de todo o país. O Fust está previsto no PPA já aprovado pelo Congresso, mas não faz referência a valores a serem arrecadados e gastos.

## Congresso decide hoje sobre a compra de computadores

O Senado e a Câmara se reúnem hoje, às 14h, em sessão conjunta para votar o projeto que altera o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) referente ao quadriênio 2000/2003. Na presidência da sessão de ontem, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) comunicou que, dada a reunião do Congresso, hoje, não haverá sessão do Senado. O projeto a ser examinado inclui no PPA programa de implantação de 290 mil computadores em 13,5 mil escolas de ensino médio do país, todos ligados à Internet e financiados pelo Fundo de Universalização dos Serviços

de Telecomunicações (Fust). Na exposição de motivos que acompanha a matéria, o ministro Martus Tavares observa que o modelo de gestão da administração pública exige constante aprimoramento e ações. Ele informa que, após o primeiro ano de execução desse plano e da avaliação sistemática a que se procedeu em todos os seus programas, já se identifica a necessidade de ajustes, de modo a contribuir para a melhoria do gasto público e para a transparência das ações governamentais.

## Aprovadas novas concessões de radiodifusão

O Plenário aprovou ontem projetos de decreto legislativo outorgando permissão para três emissoras: 98 Timburi FM, de Andará (PR); VL Radiodifusão S/C, de Itaituba (PA); e Fundação Cultural Pássaro Grande, de Uruaçu (GO).

Foi renovada a concessão da Rádio Independência do Paraná, de Curitiba (PR). Quatro associações obtiveram autorização para operar em radiodifusão comunitária: Associação Creche Lar da Criança Feliz, de Paineiras (MG); Rádio Comunitária Madalena FM, de Santa Maria Madalena (RJ); Associação O Bom Samaritano, de Rio Branco do Sul (PR); e Associação Comunitária Cidade de Capelinha, de Capelinha (MG).

## CAS debate a venda de medicamentos a granel

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa amanhã, a partir das 14h, em turno suplementar, o substitutivo ao projeto de lei do então senador Ernandes Amorim que permite às farmácias vender remédios a granel, na quantidade indicada na prescrição médica.

O relator da matéria, senador Tião Viana (PT-AC), propôs a ampliação dos tipos de apresentação dos medicamentos.

— Não há por que restringir a norma às três apresentações previstas no projeto (comprimidos, cápsulas e ampolas). Medicamentos apresentados sob a forma de drágeas, pílulas, tabletes e supositórios também são passíveis de ser vendidos a granel e

reembalados, com idêntico benefício para os consumidores — explicou Viana na justificativa do substitutivo.

Outra matéria a ser analisada pela comissão é o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei que normatiza a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a remuneração, a responsabilidade civil e as garantias dos depósitos de rejeitos radioativos. A proposta é de autoria do então senador Itamar Franco, e tem parecer do senador Pedro Simon (PMDB-RS) pela prejudicialidade, tanto do substitutivo quanto do projeto.

Ainda serão apreciados o pro-



Tião Viana propôs no substitutivo outros tipos de apresentação de remédios

projeto que concede o benefício do seguro-desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de desova (desova e reprodução de peixes e crustáceos); o que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos; o que regulamenta a profissão de treinador de goleiros; e o que regulamenta a profissão de cerimonialista e suas correlatas.

## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 2001

Presidente  
Senador Edison Lobão (interino)

17h — Homenagem ao centenário de nascimento do presidente Juscelino Kubitschek. *Memorial JK*

### PLENÁRIO

14h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional  
Pauta: projeto que altera o Plano Plurianual 2000/2003. Plenário da Câmara dos Deputados

### COMISSÕES

9h — Subcomissão Permanente do Idoso  
Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: 11 matérias, entre elas projeto que estabelece novas regras para pagamento de precatórios. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão de Educação  
Pauta: audiência pública para instrução de projetos que tratam da qualidade da programação televisiva e disciplinam a exibição de espetáculos públicos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

10h30 — Comissão Mista de Orçamento  
Pauta: voto projetos que autorizam a abertura de créditos suplementares no Orçamento de 2001 e destaques relacionados com projeto que altera o Plano Plurianual 2000/2003. *Câmara dos Deputados*

11h30 — Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos  
Pauta: projeto que modifica a atual Lei das Sociedades por Ações. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

12h30 — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar  
Pauta: apresentação do relatório da Comissão de Inquérito que avalia denúncias contra o senador Jader Barbalho. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

14h — Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: Oito itens, incluindo projeto que disciplina a venda a granel de medicamentos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

18h — Comissão de Fiscalização e Controle  
Pauta: examina Avisos do Tribunal de Contas da União e proposta que trata de medidas adotadas para proteger recursos federais aplicados no estado do Rio Grande do Norte. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

### ESPECIAL

9h — Comissão de Educação recebe comitê de professores das universidades federais. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

9h às 13h — Simpósio "Desperta, Brasil! Movimento Cidadão pela Soberania Nacional", com o objetivo de despertar a consciência brasileira quanto às necessidades, interesses e problemas nacionais relativos à soberania, especialmente em relação à Amazônia. *Auditório Patrônio Portella*

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

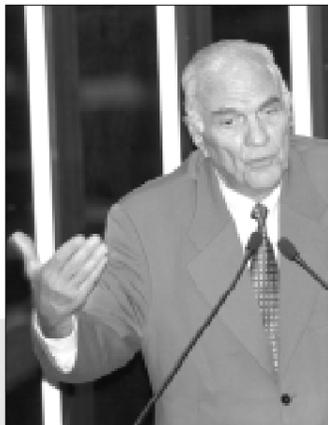
Presidente: Jader Barbalho (licenciado)  
Presidente interino: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



Saturnino quer evitar que município seja punido por gastos com ações de competência da União e estados

## Projeto muda LRF para evitar prejuízo aos municípios

Projeto de lei apresentado pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) estabelece que os gastos dos municípios com ações de competência da União e dos estados não serão computados para efeito do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê sanções para os agentes públicos que não obedecerem aos limites de gastos e endividamento por ela especificados. A matéria está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o senador, o aumento constante e desordenado de encargos, muitos deles de competência do governo federal e dos estados, "tem feito com que o custo de sua manutenção se avolume e fuja ao controle dos municípios". Roberto Saturnino disse também que o aumento das despesas dos municípios não está restrito às áreas de saúde, educação e assistência social, mas também ocorre nas áreas de administração fazendária, agricultura, comunicações, Judiciário, segurança pública, trabalho e transportes.

Na justificativa do projeto, é citada pesquisa do Banco de Dados Municipais do Instituto Brasileiro de Administração Municipal segundo a qual as despesas realizadas pelos municípios com atividades de competência do governo federal e dos estados chegam a pelo menos 4,52% das suas receitas, o que equivaleria, em 1998, a um gasto da ordem de R\$ 3,1 bilhões.

Segundo o autor da proposta, esses gastos são mais elevados nos municípios de menor porte demográfico, que, por se localizarem na periferia ou distantes dos grandes centros urbanos, se vêem na contingência de financiar esses serviços, para que eles estejam disponíveis à população.

# Congresso promulga, sob aplausos, emenda que limita medidas provisórias

Originário do Senado e debatido por seis anos, texto já em vigor impede a reedição de MPs e estabelece novas normas para sua tramitação no Legislativo

Sob aplausos, em sessão solene do Congresso Nacional, foi promulgada ontem a Emenda Constitucional nº 32. Depois de seis anos de debates, ela foi aprovada para restringir o poder presidencial de editar medidas provisórias (MPs).

Nascida no Senado, por proposta do ex-senador Esperidião Amin, e entregue ao estudo de uma comissão designada pelo senador José Sarney (PMDB-AP), que então presidia a Casa, essa foi a mais longamente estudada das emendas já votadas pelo Legislativo desde a Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988.

Presidida pelo deputado Efraim de Moraes, a sessão de promulgação teve a presença do secretário-geral da Presidência da República, Aloysio Nunes Ferreira, representando o presidente da República; do ministro Costa Leite, presidente do Superior Tribunal de Justiça; dos presidentes do Senado (interino), Edison Lobão, e da Câmara, Aécio Neves, além de outras autoridades.

Primeiro a discursar na solenidade, o senador Edison Lobão disse que a iniciativa estabelece um novo patamar no mais importante alicerce da Constituição republicana, que é "o exercício harmônico, independente e legítimo das atribuições constitucionais de cada um dos Poderes".

Em seu discurso, o deputado Aécio Neves disse que esse foi um dia histórico não apenas para o Parlamento, mas para a democracia. No seu entender, com a promulgação dessa emenda resgata-se a essência do Parlamento e propicia-se o equilíbrio institucional do país.

O deputado Efraim de Moraes também discursou para dizer que, com a promulgação da emenda, o Brasil escreve um capítulo em sua história política, devolvendo ao processo e à deliberação legislativa sua plena soberania. Em sua opinião, todos os Poderes da União ganham com a emenda.

Com a mudança, as medidas provisórias não serão mais indefinidamente reeditadas. Elas passarão a valer por um prazo máximo de 120 dias e, 45 dias depois de publicadas, se não forem submetidas à deliberação dos parlamentares, trarão a pauta de votações.



Congresso Nacional realizou sessão solene para a promulgação da emenda, considerada um marco histórico

## Edison Lobão destaca maior equilíbrio entre os Poderes

Para o presidente interino do Senado, Edison Lobão, a nova configuração estabelecida pela Emenda Constitucional nº 32 é um marco no processo da condução democrática do Brasil. Em sua opinião, ela vem instaurar maior equilíbrio entre os Poderes, por agregar ao ordenamento jurídico nacional limitações ao poder de legislar até então concedido ao Executivo.

Lobão explicou que, embora não tenha sido criado para propiciar abusos por parte do Executivo, o instituto da medida provisória acabou por construir no Brasil uma segunda instância legislativa, fecunda na quantidade de leis e descuidada em sua qualidade e relevância.

Ele também afirmou que o Congresso jamais se conformou com tal situação, e citou os senadores que mais trabalharam para mudá-la — Esperidião Amin, Josaphat Marinho, José Fogaça e Osmar Dias.

O presidente interino do Senado disse confiar que, a partir de agora, o Executivo adotará um novo juízo sobre a real urgência e relevância para o uso de medi-

das provisórias e sobre a necessidade de remeter ao Legislativo todas as matérias que não se enquadrem em seus pressupostos. Também alertou que essa emenda constitucional impõe firme responsabilidade legislativa ao Congresso, ao extinguir a possibilidade de reedição sucessiva das medidas provisórias e ao impor prioridade máxima à sua votação, sobrestando qualquer outra matéria em tramitação.



## MPs ainda em tramitação serão votadas com rapidez

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, disse ontem que o Congresso votará "com rapidez" as medidas provisórias ainda em tramitação, por meio de um esforço concentrado. Para o senador, com a aprovação da emenda que limitou a edição das medidas provisórias pelo presidente da República, "o Congresso saiu fortalecido, sem tirar do governo a agilidade necessária para a formulação de leis urgentes". Ele esclareceu que, com a aprovação da emenda, o governo não ficará impedido de utilizar MPs, mas só deverá fazê-lo em momentos de relevância e extrema urgência.

Edison Lobão diz que emenda "impõe firme responsabilidade legislativa ao Congresso"

# CCJ analisa novas regras para precatórios

A comissão também examina hoje projeto que acaba com o voto secreto nas decisões da Casa sobre perda do mandato parlamentar. Constan ainda da pauta três projetos alterando legislação eleitoral

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota hoje, a partir das 10h, projeto de lei do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que adapta a legislação sobre pagamento de precatórios judiciais pela Fazenda Pública à Emenda Constitucional nº 30, promulgada em 2000, que alterou esse instituto. O projeto estabelece parâmetros para o parcelamento, define as dívidas de pequeno valor e determina que esses débitos, especialmente os de natureza alimentícia, sejam pagos em primeiro lugar pelo poder público.

O relator da proposta, senador Pedro Simon (PMDB-RS), recomenda a aprovação da matéria, que tramita na CCJ em caráter terminativo. Contudo, Simon, que apresentou quatro emendas ao texto original, sugere que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) seja ouvida sobre o mérito da matéria, especialmente os valores e prazos definidos no projeto de Hartung. O próprio autor apresentou cinco emendas à proposta e o senador Romero Jucá (PSDB-RR) ofereceu um substitutivo ao projeto, em voto separado.

Na reunião, volta à pauta o pro-



De autoria de Paulo Hartung, projeto de lei que altera a regulamentação do pagamento de precatórios tem como relator Pedro Simon

jeito de lei do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que estabelece mecanismos de segurança, como a geração de um boletim impresso, para a votação em urna eletrônica. No semestre passado, o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), constituiu uma comissão especial para analisar a matéria, tendo como relator o senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Os senadores da comissão também devem apreciar a proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Tião Viana (PT-AC) que acaba com o voto secreto nas sessões em que deva ser decidida cassação de parlamentar. A



matéria tem parecer favorável do senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

A comissão deve opinar ainda sobre relatório do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) favorável ao projeto de lei complementar do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que pretende tornar inelegível o candidato que tiver a prestação de contas de sua campanha rejeitada pela Justiça Eleitoral.

O projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que proíbe contratação de cabos eleitorais no dia da eleição pode ter decisão terminativa na reunião da CCJ, pois conta com o apoio do relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

## Jucá aplaude medida que beneficia PMs de Roraima

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo no Senado, aplaudiu a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de estender aos policiais militares de Roraima várias vantagens concedidas na semana passada, por medida provisória, aos PMs do Distrito Federal e do Amapá. Por lei, os policiais do DF e dos ex-territórios são mantidos pela União.

— Trata-se de vantagens justas, reivindicadas há muito tempo. Agora, os policiais militares do meu estado farão jus a soldos, gratificações adicionais e outros direitos, como auxílio para fardamento, moradia, natalidade, invalidez e funeral — disse Romero Jucá.

O senador lembrou que, à época em que foi governador do então território de Roraima, conseguiu duplicar o efetivo de PMs, que passou de 750 para 1.500 homens. Além disso, também em sua



Vantagens eram reivindicadas há muito tempo pelos policiais militares do estado, afirmou Jucá

administração foram adquiridas viaturas e armamentos.

Jucá ressaltou o empenho do deputado federal Luciano Castro, que, ao seu lado, lutou para que as vantagens concedidas pela União aos policiais militares de Brasília fossem estendidas aos PMs dos ex-territórios.

## CFC examina relatórios sobre auditorias

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) reúne-se hoje, às 18h, para tomar conhecimento de relatórios sobre auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Um dos relatórios que serão examinados pela comissão trata da auditoria realizada no Programa de Ação na Área da Saúde, que abrange diversas instituições estaduais e federais em Alagoas. O relator da matéria é o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que apresentou parecer solicitando maiores informações ao TCU.

Também serão examinados relatórios sobre auditorias na Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), no Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e no perímetro de irrigação de Boacica, em Alagoas, obra sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

## Aprovado pesar pela morte de José Ermírio de Moraes

O Senado aprovou requerimento dos senadores Pedro Piva (PSDB-SP), Romeu Tuma (PFL-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS) para inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário paulista José Ermírio de Moraes Filho. Em conformidade com as tradições da Casa, serão enviadas condolências à família e ao grupo Votorantim.

Na presidência da sessão, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) designou os senadores José Sarney (PMDB-AP), Pedro Piva e Romeu Tuma para representarem o Senado nos funerais do líder empresarial.

Ao encaminhar o requerimento, Piva lembrou que José Ermírio foi um dos maiores incentivadores da indústria no Brasil. Um grande nacionalista, disse o senador, o empresário fez questão de manter, sempre, todas as empresas do grupo Votorantim sediadas no Brasil.

Piva lembrou que a Votorantim há anos vem alertando para a

possibilidade de escassez de energia elétrica. O grupo sempre investiu em hidrelétricas, em programas sociais de ajuda a hospitais, na ajuda em pessoas carentes e crianças, e em projetos de incentivo aos esportes, ressaltou.

Romeu Tuma disse que a conduta ética de José Ermírio deve servir de exemplo a todos os brasileiros. “Homem de visão, fez questão de garantir energia elétrica própria para suas indústrias. Homem de compaixão, sempre ajudou a causa das crianças deficientes e carentes em geral”, acrescentou.

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) disse que não somente os paulistas estão chorando a morte de José Ermírio, mas também os goianos, porque ele implantou a primeira grande indústria de níquel no estado, dando início à industrialização da região.

— Vamos buscar na sua vida, o exemplo para lutar por um futuro melhor para todos os brasileiros — concluiu.

## Senadores pedem rápida apuração do assassinato de Toninho do PT

O Plenário também acolheu requerimento dos senadores Geraldo Cândido (PT-RJ), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) pedindo inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do prefeito de Campinas, Antonio da Costa Santos, o Toninho do PT. De acordo com as tradições da Casa, serão enviadas condolências à família, à prefeitura e ao povo de Campinas.

Ao encaminhar o requerimento, Cândido afirmou que o brutal assassinato do prefeito certamente tem conotações políticas. Ele pediu providências imediatas às autoridades policiais no sentido de promover a completa investigação do acontecimento. “Não podemos aceitar a primeira tese da polícia local de que Toninho morreu ao resistir a um assalto, uma vez que ele foi alvejado pelas costas”, ressaltou.

O líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), se solidarizou

com o pedido de voto de pesar dos senadores do PT e também instou a polícia a promover a apuração plena e célere do assassinato do líder político.

Em nome do PSB, o senador Roberto Saturnino (RJ) ressaltou a importância da apuração total do incidente, para esclarecer a opinião pública e fazer justiça mediante a punição dos culpados.

Na presidência da sessão, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) designou os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) para representarem o Senado nos funerais do prefeito.

Muito emocionada, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) também pediu em Plenário que as autoridades investiguem e esclareçam o mais rápido possível o assassinato do prefeito de Campinas. Heloísa leu nota do partido exigindo a apuração do crime.

# Comissões votam hoje a nova Lei das S.A.

A CCJ e a CAE realizam sessão conjunta para apreciar os pareceres apresentados à proposta que altera as legislações referentes às sociedades anônimas e ao mercado de capitais. O novo texto procura proteger o acionista minoritário

As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) realizam hoje reunião conjunta para apreciar os pareceres dos relatores sobre a proposta da Câmara dos Deputados que altera a Lei nº 6.404, que dispõe sobre as sociedades anônimas, e a Lei nº 6.385, referente ao mercado de capitais. O relator da matéria na CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), acha que o novo texto legal elaborado pelo Congresso, após um ano e meio de discussão, será "a legislação possível", não a ideal. Na mesma linha, o relator na CAE, senador Pedro Piva (PSDB-SP), crê que as mudanças, "embora longe do ideal", serão capazes de dar grande contribuição para o fortalecimento do mercado brasileiro de capitais.

A proposta procura reduzir a participação das ações preferenciais (sem direito a voto) no mercado, favorecendo todos os acionistas minoritários nas companhias de capital aberto, inclusive permitindo sua participação nos conselhos administrativo e fiscal das empresas.

O texto devolve à Lei das S.A. a figura do *tag along*, que estabelece garantia de preço aos acionistas minoritários na venda das suas ações, impedindo que sejam ignorados, por exemplo, na venda do controle da empresa, pelo acionista majoritário. O mecanismo, constante da lei original, foi suprimido por iniciativa do atual governo para tentar facilitar o programa de desestatização.

Pelo que prevêem os relatores,



José Agripino, relator na CCJ, diz que será aprovada "a legislação possível", não a ideal

serão acatadas também mudanças que garantem à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) novos instrumentos capazes de garantir atuação mais firme da entidade em defesa do pequeno acionista.

## ABERRAÇÃO

Os relatores da matéria na Câ-



Pedro Piva, que relatou o projeto na CAE, diz que mudanças fortalecerão o mercado brasileiro de capitais

mara, deputados Emerson Kaz (PPS-SP) e Antonio Kandir (PSDB-SP), acreditam que a nova legislação abre caminho para que o pequeno investidor crie no país uma tradição de aplicação no mercado de ações. Eles também concordam com a ne-

cessidade de se buscarem, após a aprovação das atuais mudanças, novas propostas que possam aperfeiçoar mais ainda a legislação.

Pensamento parecido tem o senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), que pretende formar uma frente, com deputados e senadores, para buscar novas mudanças que possam democratizar bem mais o mercado de capitais brasileiro, a ponto de extinguir completamente as ações preferenciais, segundo ele, "uma completa aberração".

Para o senador, um mercado forte e democrático é aquele formado por 100% de ações ordinárias (com direito a voto).

— Se não for possível chegar a isso, tem-se que chegar o mais próximo possível — afirma.



A CAE considerou que Pernambuco não realizou operação de crédito, mas apenas compra e venda de ações

## Senado não vai interferir em operação entre Pernambuco e CEF

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG) que retira qualquer obstáculo do Senado à operação já realizada entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o governo do estado de Pernambuco, envolvendo o adiantamento de R\$ 138,4 milhões para programa de privatização da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa).

Diretores do Banco Central e da CEF compareceram à comissão para explicar que não se trata de operação de crédito, sujeita a contingenciamento monitorado pelo Senado. Houve, sim, disseram, operação de compra e venda de ações, pela qual a Caixa adiantou os recursos ao governo pernambucano, por haver comprado 29,98% das ações da empresa.

Embora a matéria tenha sido

aprovada em caráter não-terminativo, ela não irá ao Plenário do Senado, sendo apenas devolvida ao Banco Central para que a operação seja legalmente concretizada.

Ao votar favoravelmente o parecer de Francelino Pereira, a CAE prejudicou o voto em separado da senadora Heloísa Helena (PT-AL). Ela defendia que a matéria fosse remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e ao Tribunal de Contas da União (TCU) para deliberação sobre a juridicidade do tema e definição técnica sobre o teor da operação — se operação de crédito, sujeita ao enquadramento nos limites de endividamento do estado, ou se apenas compra e venda de ações, fora do alcance da Resolução nº 78 do Senado, que disciplina o endividamento das unidades da Federação.

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) acredita que a decisão poderá significar o fim do contingenciamento aos investimentos sociais para todos os estados. O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), embora defendendo a proposta de Heloísa Helena, preferiu votar com o relator, segundo ele, para não prejudicar Pernambuco.

Já o senador Paulo Souto (PFL-BA) considerou a operação boa idéia na busca de recursos para investimentos sociais. Já o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) classificou de equívoco o fato de o Banco Central submeter o assunto ao Senado, já que estava convencido de não se tratar de operação de crédito.

Os senadores Romero Jucá (PSDB-RR), Bello Parga (PFL-MA), Gilvam Borges (PMDB-AP) e Arlindo Porto (PTB-MG) defenderam o texto do relator.

## "Site" da CAE mostra endividamento dos estados

O endividamento dos estados e dos municípios brasileiros poderá ser acompanhado por qualquer pessoa na Internet. Esse é um dos serviços oferecidos pelo *site* da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) inaugurado ontem e apresentado aos senadores que integram a comissão pelo presidente do colegiado, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O endereço é [www.senado.gov.br/web/comissoes/cae](http://www.senado.gov.br/web/comissoes/cae).

Além da posição de endividamento das unidades da Federação, o *site* traz diversas outras informações referentes ao programa de ajuste fiscal, aos custos dos empréstimos e financiamentos internos e externos concedidos a estados e municípios e ao funcionamento da CAE, além de assuntos que estão sendo tratados pela comissão.

Segundo Lúcio Alcântara, com o novo *site* a CAE torna-se mais transparente, permitindo o acompanhamento de todo o trabalho pela sociedade. O senador agradeceu a cooperação de vários setores do Senado envolvidos com



Lúcio Alcântara apresentou ontem aos senadores da CAE o novo *site* da comissão

a criação da página, em especial a Secretaria de Comunicação Social, o Centro de Informática e Processamento de Dados (Prodasen), a Consultoria Legislativa e a Biblioteca do Senado.

Alcântara explicou ainda que, ao acessar o *site*, qualquer pessoa poderá tomar conhecimento

de 1.116 resoluções que tratam da dívida interna e externa, podendo ainda comparar a situação real de endividamento entre estados e municípios e verificar o custo efetivo de cada operação de crédito realizada pelas unidades da Federação.

Para o senador Paulo Hartung (PPS-ES), o *site* exercerá papel importante no campo informativo, complementando o trabalho dos senadores na CAE.

O secretário da comissão, Dirceu Vieira Machado Filho, explicou aos senadores como acessar as informações disponíveis no *site*, que traz também *links* importantes na área econômica, como os do Banco Central, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Fundo Monetário Internacional (FMI).



Senadores repudiaram os atentados terroristas cometidos ontem contra os Estados Unidos. Durante a discussão dos requerimentos de solidariedade ao povo norte-americano, os ataques foram chamados de bárbaros, inqualificáveis, ousados. Ressaltou-se também a vulnerabilidade para o "terrorismo insano".

## Senado aprova voto de solidariedade aos EUA

Em razão dos atentados terroristas contra o World Trade Center, em Nova York, e o Pentágono, em Washington, o Plenário do Senado aprovou ontem dois requerimentos de solidariedade ao povo e ao Congresso norte-americanos, além das vítimas e suas famílias. Os requerimentos foram apresentados pelos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Ademir Andrade (PSB-PA) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

Ao encaminhar a matéria, Lúcio Alcântara disse esperar que os atentados não sejam "o início de uma escalada da insensatez". O

senador enfatizou que nenhum argumento político pode justificar a atitude que ceifou a vida de milhares de pessoas.

Lúcio Alcântara falou de seu amor à liberdade, à democracia e aos direitos humanos, e defendeu o diálogo entre os oponentes, com direito ao contraditório. Ele convocou "os democratas do mundo e os amantes da paz" a se unirem para encontrar saídas para o impasse. Na presidência da sessão, o senador Mozarildo Cavalcanti associou-se ao voto de solidariedade e disse esperar que o momento sirva para reflexão e para que a paz no mundo se consolide.

### Atentado atingiu a democracia, diz Camata

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou sua solidariedade ao povo americano frente aos "inqualificáveis" atentados terroristas que os Estados Unidos da América sofreram ontem.

— Nenhum de nós pensaria em ver algo assim algum dia, nem em filme — disse o sena-

dor, acrescentando que a democracia e a liberdade foram atingidas.

Camata elogiou a declaração do presidente norte-americano, George W. Bush, de que as iniciativas do governo americano seriam nessa ordem: socorrer os feridos, sepultar os mortos e, em seguida, processar os

culpados.

— A grandeza declarada de Bush é um ponto positivo. Não se via ninguém falando em vingança ou represálias — afirmou.



Gerson Camata

### Calheiros classifica ação terrorista de bárbara

Ao manifestar sua solidariedade à população dos Estados Unidos, devido aos atentados ocorridos ontem contra o World Trade Center e o Pentágono, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) opinou que a ação dos terroristas foi uma atitude bárbara, cruel, covarde e repulsiva.

— Talvez este tenha sido o mais covarde atentado de toda a his-

tória da humanidade. Devemos nos solidarizar com o povo americano, sim, mas simultaneamente devemos pedir sensatez, bom senso e muito equilíbrio com os destinos da humanidade — afirmou Renan Calheiros.



Renan Calheiros

### Ademir Andrade ressalta a ousadia do ataque

Ao encaminhar a votação do requerimento propondo a solidariedade do Congresso brasileiro ao povo norte-americano, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que o mundo está estarecido com a ousadia dos terroristas.

Para o senador, o fato de ter sido um ataque suicida indica que a ação pode ter vindo do mundo islâmico. Na opinião de Ademir, os atentados darão rumo diferente à política do planeta. Segundo disse, o Brasil

é um país importante nesse quadro.

— As lideranças do mundo todo precisam se reunir para discutir o que aconteceu — afirmou o senador.

Para ele, se ficar confirmado que o ataque partiu do Islã, o planeta precisa prestar mais atenção no que acontece nesses países, especialmente no Afeganistão, onde um grupo mais radical, o Talibã, retirou a liberdade da população.

— Não temos visto e ouvido

manifestação dos líderes mundiais contra o Talibã. O mundo tem obrigação de interferir no Afeganistão, um país completamente fechado e com o poder baseado no fanatismo — disse.

Ademir defendeu ainda que os outros países deveriam tratar com mais atenção o conflito que atualmente envolve palestinos e israelenses.



Ademir Andrade

### Iris defende "posição firme" contra agressores

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) defendeu a necessidade de os países democráticos assumirem uma posição firme contra as nações que são condescendentes com terroristas. Ele lançou a proposta de apoiar os requerimentos de voto de solidariedade ao povo americano pelos atentados terroristas.

— O terrorismo é inaceitável. Ma-

nifestamos nosso repúdio a qualquer ato desse tipo, seja no Brasil, nos Estados Unidos ou em qualquer outra parte da Terra. É hora de reflexão mundial de todos aqueles que lutam pela paz, por um mundo melhor onde impere o respeito e a justiça.



Iris Rezende

### Jefferson alerta para vulnerabilidade americana

Além de manifestar o seu pesar pela morte de várias pessoas nos atentados ocorridos ontem contra o World Trade Center e o Pentágono, nos Estados Unidos, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) observou que o episódio "mostra a vulnerabilidade da maior potência mundial, atingida em seu coração".

O senador acrescentou que a tragédia demonstrou o quanto

seria inútil o sistema antimíssil proposto pelo presidente George W. Bush. "Não há defesa contra o terrorismo insano", comentou.

O senador pelo Amazonas opinou que não existirá paz enquanto não houver justiça no mundo. Ele citou como exemplo o caso dos palestinos, que lutam há vários anos pela criação de um Estado próprio.

Jefferson Péres também de-

fendeu a necessidade de o Brasil ser mais atuante no cenário internacional. O país deve fazer valer, disse, a sua tradição de pacifismo e a sua diplomacia eficiente, além, acrescentou, dos números de sua economia, extensão territorial e população.



Jefferson Péres

### Para Heloísa, o Brasil deve ser contra revanche

Ao manifestar apoio ao requerimento de solidariedade ao povo norte-americano, a senadora Heloísa Helena (PT-AC) afirmou que o Brasil tem de se posicionar contra qualquer atitude revanchista dos Estados Unidos. Amanhã, afirmou a senadora, "o mundo deve acordar diferente e repensar as relações internacionais".

A senadora pregou uma reflexão sobre as normas estabelecidas para a vida em sociedade "e para um mundo onde, em um só

dia, mais de 10 mil trabalhadores acabam sendo assassinados no local de trabalho".

Heloísa lembrou que o ataque atingiu "a meca do capitalismo internacional" e o Pentágono, "que fomentou tantas guerras e patrocinou atos de terrorismo internacional, o que mostra a necessidade de se repensar o mundo que se está construindo".



Heloísa Helena

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, previu que os atentados ocorridos nos Estados Unidos atingirão toda a Humanidade. Em discursos no Plenário, os senadores expressaram solidariedade ao povo norte-americano e expectativa de que o mundo alcance a paz



## Lobão condena "terrorismo anárquico"

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, lamentou na manhã de ontem os ataques terroristas desencadeados nos Estados Unidos, que causaram a morte de milhares de pessoas em Nova York, e condenou o "terrorismo anárquico que afeta o mundo". O senador apresentou pêsames ao povo americano, lembrando que o número de mortos e feridos na tragédia ain-

da não pode ser avaliado.

Ao analisar os atos terroristas ocorridos nos EUA, o presidente interino do Senado previu que as conseqüências do episódio "deverão atingir toda a Humanidade".

Lobão também se revelou preocupado com o tipo de retaliação que o governo americano poderá adotar, "a julgar pelas primeiras declarações das autorida-

des transmitidas pela televisão". Ele referiu-se ao rápido discurso proferido ainda pela manhã pelo presidente norte-americano, George W. Bush, que prometia retaliações violentas contra os responsáveis pelos atentados.



Edison Lobão

## Antero: atentados atingem conceito de cidadania

O senador Antero de Barros (PSDB-MT) afirmou ontem que os atentados terroristas ocorridos nos Estados Unidos "atingem o conceito de cidadania e a todos aqueles que pensam na paz como um modelo a ser alcançado pelos cidadãos do mundo inteiro". Para o senador, é chegado o momento de repensar a política externa que alguns países praticam, inclusive os Estados Unidos e os países do Oriente Médio.

Antero de Barros manifestou sua esperança de que os atos terroristas resultem "em paz e não em retaliação". Ele entende que

as soluções diplomáticas devem prevalecer, porque condizem mais com a raça humana do que qualquer tipo de terrorismo, "que deve ser repudiado".

– Nesse momento, como brasileiro e senador da República, devemos ficar solidários com a dor da nação americana. Mas também é nosso dever alertar que os caminhos do mundo são cada vez mais os da diplomacia, e não os do terrorismo e da guerra – concluiu o parlamentar.



Antero de Barros

## Hugo Napoleão alerta para conseqüências

Em nome do PFL, o senador Hugo Napoleão (PI) manifestou sua preocupação com o fato de, num mundo globalizado, os atentados ocorridos ontem contra os Estados Unidos poderem resultar em conflito generalizado. "As conseqüências são as mais danosas possíveis, um estopim desses pode provocar um

conflito de proporções gigantescas."

Na opinião do senador, talvez tenha sido esse o motivo que levou o presidente Fernando Henrique Cardoso a convocar reunião de emergência do Conselho de Segurança Nacional.

Hugo Napoleão observou que milhares de famílias tiveram vi-

das ceifadas e afirmou sua inconformidade com "essa barbárie", que a seu ver já provocou impacto negativo na economia interna-



Hugo Napoleão

## Saturnino: momento é de invocar a razão

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), dizendo-se chocado com a tragédia que atingiu o povo norte-americano, afirmou que é o sentimento de solidariedade que domina os que tomam conhecimento dos atentados. Para o senador, o momento é de invocar a razão e barrar qualquer insensatez.

Na opinião de Saturnino, o combate às injustiças praticadas contra os excluídos deve acontecer sem o uso da violência, pois o terrorismo e a violência são a negação da humanidade. Nesse sentido, ele defendeu a organização da sociedade e o protesto pacífico pela justiça social, como o que foi feito no Fórum Social

de Porto Alegre. Na luta contra as injustiças, prosseguiu Roberto Saturnino, é preciso o engajamento de todos os povos, inclusive o americano.



Roberto Saturnino

## Marina espera mais reflexão espiritual

Ao encaminhar o requerimento de solidariedade ao povo norte-americano pelos atentados terroristas, a senadora Marina Silva (PT-AC) manifestou sua esperança que a resposta dos Estados Unidos aos ataques não seja "a violência e o revanche", mesmo estando o país ferido nos seus sím-

bolos mais importantes. Ela ressaltou esperar que os atentados resultem numa mudança nas relações internacionais, "onde a economia ceda um pouco mais de espaço para a filosofia, e que a filosofia ceda mais espaço para as reflexões espirituais".

– Nós estamos perdendo o ru-

mo, porque estamos nos tornando, cada vez mais, o *homo belicus* e deixando de ser o *homo sapiens* – concluiu Marina Silva.



Marina Silva

## Jucá diz que governo brasileiro está perplexo

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que o governo brasileiro "está perplexo e consternado" com os ataques terroristas perpetrados contra os Estados Unidos. Ele enfatizou que o governo não concorda com "atos covardes como esse, que ceifaram milhares de vidas de inocentes", acrescentando que o presidente Fernando Henrique Cardoso, logo

que tomou conhecimento dos ataques, convocou imediatamente o Conselho de Segurança Nacional para discutir e tomar medidas urgentes a fim de garantir a segurança interna do país.

Jucá solidarizou-se com o requerimento de voto de pesar ao povo norte-americano pelos atentados terroristas ocorridos na manhã de ontem, dizendo que esses

ataques devem ser transformados em uma oportunidade para que as nações se unam numa "cruzada mundial contra o terrorismo, com o objetivo de bani-lo definitivamente da face do planeta".



Romero Jucá

## Pedro Simon defende campanha pela paz

Em discurso no Plenário, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que o mundo está de luto por conta dos atentados terroristas acontecidos nos Estados Unidos. O senador disse ter assistido com lágrimas nos olhos e angústia profunda o que parecia ser um filme de ficção. "Não me lembro na História de um dia como esse", afirmou, acrescentando que é fácil imaginar a dor do povo americano. Simon manifestou a sua expectativa de que todos os homens do mundo pensem a mão na consciência.

– Esse é o nosso mundo, cada um tem que pensar no que não fez para mudar o mundo – destacou.

O senador disse esperar que se apure a responsabilidade pelos fatos e que estes redundem em uma campanha mundial pela paz. "O medo é que venha uma campanha de ressentimento", afirmou. Simon lembrou que toda a preocupação do presidente norte-americano George W. Bush com a defesa não teria sido eficaz nos atentados de ontem. O senador gaúcho concluiu manifestando a sua "profunda solidariedade" com o povo norte-americano. "Amanhã começaremos uma nova história", afirmou.

Em aparte, o senador Mauro

Miranda (PMDB-GO) prestou solidariedade aos americanos "nesse momento histórico, em que fica visível a vulnerabilidade da potência americana".

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) lembrou que o Pentágono é o que há de mais importante na inteligência e segurança mundial e que o World Trade Center simbolizava o capitalismo mundial.

– Parece que os conflitos atingiram o clímax. Isso indica que o mundo não aceita pacificamente a globalização. O dia de hoje é o dia máximo da violência, do absurdo e da bestialidade da Humanidade – afirmou Maguito.

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), por sua vez, ressaltou que todos sentimos muito. "Amanhã o mundo será diferente, pode ser para pior, pode ser para melhor", comentou.

O senador José Alencar (PMDB-MG) disse que o atentado nos Estados Unidos foi uma covardia, uma brutalidade, principalmente por ter atingido um edifício civil. "Todos estamos revoltados com o que aconteceu e estamos solidários com o povo americano", afirmou.



Pedro Simon



Após manifestações de senadores contra os atentados terroristas, a CE aprovou moção de solidariedade ao povo norte-americano. Autor do requerimento, Gerson Camata disse que “foi um ataque covarde”. O presidente da comissão, Ricardo Santos, mostrou-se preocupado com as reações ao ataque

## Comissão de Educação também se solidariza

A Comissão de Educação aprovou moção de solidariedade ao governo e ao povo norte-americano pelos atentados terroristas ocorridos ontem nos Estados Unidos. “Foi um ataque covarde”, protestou o autor do requerimento que propôs a moção, senador Gerson Camata (PMDB-ES), ao advertir que os ataques poderão trazer conseqüências negativas para todo o mundo, inclusive para países como o Brasil.

Ao endossar a moção de solidariedade, o presidente da comissão, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), afirmou que o atentado chocou o mundo inteiro. Ele mostrou-se preocupado com a reação norte-americana diante do ataque terrorista, mas disse esperar que os fatos não tenham desdobramentos sangrentos. Afirmou ainda ter a expectativa de que a diplomacia norte-americana “encontre uma saída para que o lamentável episódio não seja o estopim para uma nova guerra”.

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS), lamentando os ataques terroristas e reprovando os atentados, alertou que países como os Estados Unidos, que detêm os poderes político e econômico mundiais, devem se abrir para ouvir os clamores das nações menos favorecidas. Para ela, não é admissível que, em pleno século 21, milhões de pessoas passem necessidades e se sintam subjugadas por nações mais ricas.



Membros da Comissão de Educação manifestaram ontem solidariedade ao governo e povo norte-americanos, atingidos por atentados terroristas



### Para Sarney, haverá nova política internacional

Ex-presidente da República, o senador José Sarney (PMDB-AP) disse ontem que os atentados nos Estados Unidos trarão como conseqüência uma nova etapa na política internacional. Ele disse acreditar no bom senso das lideranças norte-americanas para não reagir com violência ao atentado. “A liderança dos Estados Unidos é bem madura. Eles estão preparados para enfrentar as responsabilidades que têm nesse instante”, comentou. O senador espera que haja esforço mundial para combater o terrorismo. “O que

tem que haver é uma política geral para evitar que fatos dessa natureza ocorram em qualquer lugar do mundo.”

Para o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), o atentado mostra que os líderes mundiais “estão sendo incompetentes” para assegurar a paz. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que está preocupado com o risco que a reação americana possa causar à paz mundial. Já o senador Carlos Wilson (PTB-PE), primeiro-secretário da Mesa do Senado, avaliou que o ato terrorista era previsível em

função do envolvimento norte-americano em diversas guerras ao redor do mundo. “Os Estados Unidos, como o país mais poderoso do mundo, em vez de buscar ser o ponto convergente no que se refere à paz, passaram a ter uma posição intransigente, mais dura, em relação à paz, principalmente depois da posse do presidente George W. Bush”, analisou.



José Sarney

### Hartung lê nota em que PPS critica o terrorismo

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) leu nota distribuída pela comissão executiva do partido sobre os atentados nos Estados Unidos, afirmando que o terrorismo e a intolerância “nunca foram caminhos válidos para dirimir questões políticas e outros interesses dos povos”.

Conforme a nota, os atentados nascem da intolerância que ainda se espalha pelo mundo, como o fundamentalismo religioso, as exacerbações nacionalistas, o aumento das desigualdades e a ar-

rogância de algumas potências”, entre elas os EUA, “que teimam em querer se manter como uma espécie de gendarmaria do globo terrestre”.

O PPS espera, disse o senador, que os países democráticos, “a par de punir os responsáveis pelos atentados com o rigor da lei”, impeçam revanchismos, combatam a violência e o terrorismo de grupos e de Estados.



Paulo Hartung

### Maldaner: momento deve ser de tranquilidade

Ao se solidarizar com o povo norte-americano, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que manter os ideais democráticos representa, nesse momento, a providência mais importante. É preciso, disse, apelar aos países democráticos para que sirvam de intermediários, pedindo tranquilidade e bom senso ao governo dos Estados Unidos. “O momento é de deixa disso.”

Maldaner argumentou que o mundo vive um momento difícil

para a democracia, mas de forma alguma é possível permitir a deflagração de um conflito armado. “Sabemos como ele começa, mas é impossível imaginar seu desenrolar e, menos ainda, seu final”, afirmou.

Na presidência da sessão, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu que se faça uma reflexão pela paz no mundo.



Casildo Maldaner

## Patrocínio anuncia participação do Tocantins em estudo da biosfera

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) anunciou a inclusão do estado do Tocantins na rede mundial de estudos da biosfera e da atmosfera amazônica. Para o parlamentar, o estado – cujo território integra a Amazônia Legal – detém uma posição geográfica que justifica a neces-



Carlos Patrocínio defende investimentos em estudos no campo meteorológico

sidade de que sejam instalados ali novos postos de observação e estudos climáticos.

Segundo a avaliação de inúmeros estudiosos, acrescentou o parlamentar, é necessário investir em estudos no campo meteorológico, dado que toda mudança no ecossistema amazônico pode ter uma série de implicações diretas para o clima do planeta.

Patrocínio afirmou que a participação do Tocantins está sendo viabilizada por meio de parceria do Instituto Ecológica com o programa Grande Experimento da

Biosfera e Atmosfera da Amazônia. Trata-se de um programa de cooperação técnico-científica do qual participam mais de 50 universidades e instituições de pesquisa do Brasil e do exterior, incluindo a Agência Espacial Americana (Nasa) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (In-

pe). O programa conta ainda com a colaboração do Instituto Luterano de Palmas (Ulbra) e da Universidade do Tocantins (Unitins).

– A proposta central do programa é estudar o modo de funcionamento do ecossistema da Amazônia, compreendendo como as mudanças relacionadas ao uso da terra e ao clima atingem a região, incluindo sua sustentabilidade econômica e a influência que exerce sobre o clima global – disse, lembrando que a tarefa deve ser concluída em um prazo de seis anos.

## Lando: políticas de emprego e renda reduziriam violência

Ao analisar o aumento da violência no país, o senador Amir Lando (PMDB-RO) afirmou que o governo deve implementar políticas de geração de emprego e de distribuição de renda para combater o proble-



Amir Lando diz que problema da violência teria sido evitado com a reforma agrária

ma. O descaso e a falta de vontade política, na opinião do senador, construíram, ao longo dos anos, um verdadeiro *apartheid* social no país.

Na avaliação de Amir Lando, o país está vivendo seu pior momento de crise, com um Estado ineficiente na missão de suprir as necessidades vitais da população, como saúde, educação, saneamento básico e segurança pública. Ele observou que a sociedade, cada vez mais amedrontada com o aumento da criminalidade, está construindo o seu próprio Estado, citando como exemplos o aparato paramilitar que substitui a segurança pública e as grades

dos condomínios fechados.

Amir Lando afirmou que o poder público, durante a história do país, não geriu políticas agrícola e industrial que criassem ocupações adequadas às habilidades do trabalhador brasileiro.

Ao contrário, afirmou, o Estado abriu o mercado nacional à importação de produtos que poderiam ser fabricados no país.

O senador disse também que o problema da violência teria sido evitado com a implementação da reforma agrária no país há quatro décadas, lembrando que o Brasil é o segundo no mundo em termos de concentração fundiária. O êxodo rural, impulsionado pela falta de incentivo governamental ao homem do campo, ressaltou Amir Lando, provoca o inchaço das cidades e o crescimento da marginalidade e da violência.

## Osmar pede que governo libere indenização a agricultores

Senador protesta contra demora do Ministério da Fazenda, lembrando que produtores tiveram sua safra destruída pela geada no ano passado

O senador Osmar Dias (sem partido-PR) protestou ontem contra o fato de o Ministério da Fazenda ainda não ter liberado recursos para indenizar os agricultores que tiveram sua safra de trigo e milho destruída pela geada ocorrida no ano passado. De acordo com o senador, os agricultores tinham colocado suas lavouras no seguro, na Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (Cosesp), e há um ano tentam receber o dinheiro a que têm direito.

Osmar Dias considerou um desrespeito o tratamento dado pelo governo aos agricultores, que estima em cerca de 20 mil, e fez um apelo para que os demais parlamentares tentem intermediar a reivindicação dos produtores. Ele explicou que a Cosesp se valeu do

direito que tem de, por meio do Instituto de Resseguros do Brasil, receber do governo federal parte da indenização daqueles produtores. O senador lembrou ainda que o Congresso votou no primeiro semestre crédito suplementar de R\$ 71,1 milhões para indenizar os agricultores e que, portanto, não tem sentido o governo segurar esses recursos.

O argumento do Ministério da Fazenda para não liberar os recursos dos agricultores – não prejudicar a estabilidade macroeconômica do país – não foi aceito pelo senador. O governo não utilizou esse argumento ao liberar cerca de R\$ 80 milhões em emendas para que os deputados retirassem suas assinaturas do requerimento da CPI da Corrupção,



Para Osmar Dias, o governo ignora o quanto custa uma safra perdida

justificou.

Ao não atender os agricultores, Osmar Dias considera que o governo ignora o quanto custa uma safra perdida, prejuízo estimado por ele em cerca de R\$ 44 mil em cada 100 hectares.

## Maldaner defende acordo sobre terras indígenas

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) alertou sobre a necessidade de um acordo entre representantes indigenistas e pequenos produtores rurais para resolver a questão das invasões e desapropriações de terras indígenas. Ele defendeu uma solução negociada para a questão e criticou a possibilidade de agricultores que detêm propriedades rurais há vári-

os anos perderem seus direitos.

O assunto foi discutido ontem em audiência pública realizada na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, que contou com a participação de autoridades federais e representantes dos índios e dos produtores rurais. “Vários pequenos proprietários, no afã de desbravar o Brasil, foram adquirindo

pedaços de terra e agora muitas dessas áreas estão sendo declaradas reservas indígenas”, criticou.

A possibilidade de ver suas propriedades serem declaradas reservas indígenas, segundo o senador por Santa Catarina, tem preocupado vários pequenos produtores rurais. Maldaner registrou que a maioria dessas terras é registrada e escriturada e pertencem às famílias há várias gerações. “Temos que buscar uma solução, não é possível mandar essas pessoas saírem de uma hora para outra”, salientou.

## Dívida com excluídos deve ser resgatada, diz Eduardo

Ao analisar temas como igualdade social e discriminação racial, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) registrou o lançamento do livro *Escravidão Negra no Tocantins Colonial: Vivências Escravistas em Arraias (1739-1800)*, pela pesquisadora Juciene Ricarte



Eduardo Siqueira Campos registrou lançamento de livro sobre a escravidão

Apolinário, e a realização da Conferência Mundial Contra o Racismo, promovida pela Organização das Nações Unidas, na África do Sul. O senador disse que a sociedade e o poder público devem aprofundar o debate em favor da eliminação dos fatores que contribuem para o au-

mento da exclusão social, e defendeu o resgate da dívida que o Brasil tem com seus cidadãos excluídos, especialmente os negros e índios.

Eduardo apontou a proposta de facilitar o acesso dos negros à universidade como uma forma de reparar essa dívida, acrescentando que isso deveria também ser estendido aos índios.

O senador destacou a formação da consciência que cresce nas nações periféricas sobre o fenômeno da exclusão de que são e de que foram vítimas, enfatizando que a questão extravasa as diferenças ét-

nicas ou culturais, assumindo dimensões políticas e econômicas.

A consciência da parcela excluída, disse Eduardo, tem estimulado a exigência mais enérgica do pagamento do débito dos países que exploraram ou continuam explorando as nações periféricas. Ele apontou como exemplo dessa cobrança “cada vez mais forte” as manifestações populares contra a globalização a cada reunião dos países ricos.

Embora afirmando que o Brasil é vítima do processo de exclusão que os países ricos praticam em relação aos periféricos, tendo uma dívida a cobrar, o senador ressaltou que o país deve pagar a própria dívida para com seus cidadãos, principalmente negros e índios, vítimas da exclusão social e econômica.

# Comissão ouvirá ministros da Educação e do Planejamento

Eles devem participar de audiência pública proposta pela senadora Emilia Fernandes para debater o Plano Nacional de Educação

A Comissão de Educação (CE) decidiu convocar os ministros da Educação, Paulo Renato Souza, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para participarem de uma audiência pública destinada a debater o Plano Nacional de Educação (PNE). O requerimento é de autoria da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) e a reunião deverá ocorrer este mês.

Os membros da comissão aprovaram a proposta da senadora após o presidente do órgão, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), observar que o ministro da Educação não havia comparecido na manhã de ontem à CE, conforme acertado, por considerar que a presença de Martus Tavares seria importante no debate sobre o Plano Nacional de Educação, que envolve grandes recursos federais. O presidente da CE aceitou as ponderações do ministro e lembrou que, para o Plano Nacional de Educação virar realidade, é necessária a concordância da área econômica do governo.

## HUMBERTO LUCENA

Na mesma reunião, a CE aprovou projeto do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que altera a denominação do Instituto Legislativo Brasileiro para Instituto Brasileiro Senador Humberto Lucena. Suassuna enfatizou que Humberto Lucena, senador por dois mandatos e ex-presidente do Senado,



A Comissão de Educação, presidida por Ricardo Santos, aprovou diversas propostas, inclusive a convocação de especialistas em lingüística

foi um dos maiores homens públicos brasileiros.

Os senadores Francelino Pereira (PFL-MG), Hugo Napoleão (PFL-PI), Carlos Patrocínio (sem partido-TO) e José Fogaça (PMDB-RS) enaltecem a figura do político e democrata Humberto Lucena.

## LÍNGUA PORTUGUESA

A CE também aprovou requerimento da senadora Emilia Fernandes convocando três especialistas em lingüística para debater o projeto do deputado Aldo Rebelo (PC doB-SP) que proíbe o uso de estrangeirismos no país e trata da promoção, proteção e defesa do uso da língua portuguesa. Aprovado na Câmara, o projeto está sob exame da CE.

Deverão comparecer à audiência pública Maria Elias Soares, da Associação Brasileira de Lingüística (Abralín), Vera Lúcia Menezes

de Oliveira e Paiva, da Associação de Lingüística Aplicada do Brasil (Alab), e Freda Indursky, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Lingüística (Anpoll).

Na reunião, ficou ainda acertado que a CE irá manifestar ao maior órgão do futebol mundial, a Federação Internacional de Futebol (Fifa), as preocupações do colegiado com os sucessivos episódios envolvendo a transferência de jovens atletas brasileiros para o exterior, "com total desprezo ao vínculo que os liga aos clubes que investiram na sua formação". O requerimento, do senador José Fogaça (PMDB-RS), foi aprovado e contou com apoio unânime.

A CE também aprovou sete projetos de decreto legislativo relativos a serviços de radiodifusão.

# Jucá aplaude realização da Olimpíada do Conhecimento

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) registrou a realização, em Brasília, da Olimpíada do Conhecimento 2001, promovida pela Confederação Nacional da Indústria e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com o objetivo de incentivar o ensino profissionalizante no país. A olimpíada, disse Jucá, é um dos maiores eventos de educação profissional da América Latina.

Participaram da olimpíada 257 alunos de escolas do Senai, em 26 modalidades, entre elas eletrônica, marcenaria, mecânica de precisão, mecatrônica, robótica, tecnologia da informação e eletricidade industrial. A competição avalia os alunos segundo critérios de conhecimento técnico e tecnológico, além de parâmetros que

envolvem qualidades e habilidades pessoais, segundo informou o senador. Alguns dos vencedores representarão o Brasil em torneio semelhante em Seul, na Coreia do Sul.

Jucá afirmou que o evento "celebra o conhecimento, o saber, a capacitação e a profissionalização". Os alunos que participaram da olimpíada, ressaltou, procuram o Senai em busca de qualificação, "valorizando-se como futuros profissionais e como cidadãos, tornando-se aptos a atender as exigências de um mercado de trabalho cada vez mais exigente, rigoroso e competitivo".

O senador lembrou o atraso educacional do país e os esforços do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, no sentido de reverter esse quadro.

# Patrocínio destaca avanço na pesquisa sobre câncer

Ao congratular a equipe de pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) que divulgou recentemente resultados positivos de seus estudos sobre o diagnóstico precoce do câncer, o senador Carlos Patrocínio (sem partido-TO) cobrou medidas de incentivo

à pesquisa por parte do governo. Ele afirmou que os recursos para a pesquisa no país são irrisórios, especialmente para atender as universidades federais.

Patrocínio explicou que o gru-



Carlos Patrocínio: técnica permite diagnóstico precoce

po da Unb, sob o comando do professor Augusto Tourinho, trabalha há anos no desenvolvimento de método para identificar o câncer a partir das radiações de partículas contidas em um fluido magnético, que é introduzido no organismo.

A técnica criada, denominada nanorradioterapia, disse o senador, promete ser uma arma eficiente no combate ao câncer, uma vez que possibilita o diagnóstico da doença ainda em fase inicial.

# Maldaner abre exposição sobre baleia franca

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) abriu na manhã de ontem a exposição em comemoração aos 20 anos do Projeto Baleia Franca, que protege essa espécie de cetáceo no Sul do país. Na Senado Galeria, o público pode obter informações sobre a origem das baleias, como a espécie chegou perto de ser extinta e o que vem sendo feito para preservá-las nas águas do Atlântico Sul.

Segundo informações da exposição, a baleia franca é a segunda espécie de baleia mais ameaçada de extinção em todo o mundo. Por serem lentos e dóceis, esses cetáceos foram caçados sistematicamente desde o século 17. Naquela época, as baleias eram procuradas para extração de sua gordura, que era utilizada principalmente na iluminação pública e na argamassa usada na construção



Casildo Maldaner ressaltou importância da mostra para preservação do meio ambiente

de fortes e igrejas.

Os comerciantes atuaram no litoral brasileiro até a década de 70. O último episódio em que foi morta uma baleia franca ocorreu em 1973, nove anos antes de o projeto, que tem o apoio da Universidade do Vale do Itajaí e do International Wildlife Coalition (IWC), entrar em operação em Imbituba (SC). Hoje, estima-se que haja apenas 7 mil baleias francas no mundo.

— Ao abrir este espaço para o Projeto Baleia Franca, o Senado procura oferecer a paz, representada pela preservação da espécie e do meio ambiente. A presença das baleias no litoral brasileiro

também pode ajudar a impulsionar o turismo — afirmou Maldaner.

Maldaner parabenizou o coordenador do Projeto Baleia Franca, José Truda Palazzio Júnior, pela iniciativa e agradeceu ao diretor da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, Francisco Biondo, pela organização da exposição. Políticos e empresários catarinenses que apóiam o projeto estiveram presentes à inauguração.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 — *Entrevista Especial* — O senador Tião Viana e o presidente da Sociedade Brasileira de Bioética, Volney Garrafa, falam sobre os limites éticos da genética  
7h30 — *Entrevista* — O senador Antero Paes de Barros fala sobre as cotas nas universidades públicas  
8h — *Journal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
8h30 — *Saúde/Unip* — Todo o poder às mulheres  
9h — *As Cores do Brasil* — Xerente  
9h30 — *Entrevista* — O vice-presidente-executivo da Liga de Defesa Nacional, José Carvalho, e o presidente do Clube de Engenharia de Brasília, Carlos Moura, falam sobre a defesa da Amazônia  
10h — Reunião Conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Assuntos Sociais — Discussão sobre a criação da Comissão de Valores Mobiliários (ao vivo)  
Logo após — Conselho de Ética (gravado)  
14h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional (ao vivo)

Logo após — Comissão de Assuntos Sociais (gravado)  
20h30 — *Entrevista* — O senador Antero Paes de Barros fala sobre as cotas nas universidades públicas  
21h — *Journal do Senado* — O resumo das atividades do Senado  
Logo após — *Especial Seca* — Primeiro episódio: A Terra  
22h — Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

7h — Música, informação e serviços  
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música e informação  
10h — Comissão de Constituição Justiça  
14h15 — *Senado Notícias*  
14h30 — Sessão Plenária do Senado  
19h — *A Voz do Brasil*  
Logo após — Música e informação  
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite  
23h — *Senado Especial*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## Emilia anuncia novo Fórum Social Mundial em Porto Alegre

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) anunciou o lançamento do 2º Fórum Social Mundial, que será realizado em Porto Alegre de 31 de janeiro a 5 de fevereiro do próximo ano. Segundo disse, os organizadores confirmaram a presença do Prêmio Nobel da Paz de 1980, o argentino Adolfo Perez Esquivel, e do médico italiano Vittorio Agnoletto, coordenador da Liga Italiana de Luta contra a Aids (Lila) e um dos responsáveis pelo Fórum Social de Gênova.

Emilia disse que ontem, por iniciativa do governo do Rio Grande do Sul, também foi inaugurado o Memorial do Fórum Social Mundial na capital gaúcha. "No Memorial estarão disponíveis fotos, textos e palestras da primeira edição. Em vídeo, haverá um acervo de mais de 80 horas, formado com as imagens cedidas pela TVE, contendo as palestras, os depoimentos e os shows realizados durante o Primeiro Fórum e também pelo acervo do Conselho Estadual dos Povos

Indígenas, além do Portal do Memorial na Internet", explicou.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse que o fórum promovido em Porto Alegre é a "mais importante iniciativa tomada no mundo para buscar a justiça". Mencionando os ataques terroristas ocorridos nos Estados Unidos, ele elogiou a opção pela luta pacífica, dentro das regras democráticas e sem apelar para a violência. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que a reflexão sobre as

questões econômicas e sociais levarão à busca do princípio da solidariedade e da compreensão.

Lamentando a perda de tantas vidas nos EUA, a senadora disse que "chegou a hora de adotarmos imediatamente a cultura da paz" e alertou para a necessidade de o Senado estar presente ao 2º Fórum Social Mundial. Ela acrescentou que a diferença entre a primeira e a segunda versões do evento é o caráter propositivo que deverá destacar o próximo encontro.



Para Emilia Fernandes, segundo fórum se destacará pelo caráter propositivo

## Ornélas pede revogação de liminar que proíbe serviço bancário em casa lotérica

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) fez um apelo à juíza Ana Inês Algorta Latorre, da 6ª Vara Federal de Porto Alegre, para que reveja a sua liminar que interrompe, por tempo indeterminado, os serviços bancários executados pelas casas lotéricas de todo o país. Ele comentou que a medida, a ser cumprida a partir de hoje, prejudica principalmente os aposentados e pensionistas que estavam recebendo seus benefícios previdenciários sem precisar enfrentar filas nos bancos.

A decisão de pagar os benefícios dos aposentados e pensionistas nas 8.500 casas lotéricas do país foi tomada por Waldeck Ornélas, quando ministro da Previdência e Assistência Social, em

conjunto com o presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carazzai. O objetivo, segundo o senador, era oferecer maior comodidade aos usuários do serviço, assegurando o fim das filas. "Por outro lado, existem vários municípios que não dispõem de agências bancárias mas contam com casas lotéricas", acrescentou.

Somente no mês de agosto, segundo Ornélas, as casas lotéricas foram responsáveis pelo pagamento a 121.200 beneficiários. "Espero que o bom senso prevaleça e a medida seja revogada", afirmou. Para o senador, o Congresso deveria aproveitar o momento em que aprovou a limitação de medidas provisórias para também coibir o "abuso" da concessão de liminares.



Decisão de pagar aposentados em lotéricas foi de Waldeck Ornélas

# Comissão do Mercosul debate ingresso do Brasil na Alca

Reunião evidenciou duas posições antagônicas, transformando-se, na opinião de Emilia Fernandes, em verdadeiro fórum de debates

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul reuniu ontem duas posturas antagônicas quanto à participação do Brasil nas negociações para a Área de Livre Comércio das Américas. Enquanto o embaixador José Botafogo Gonçalves, que representa o Brasil nos entendimentos do Mercosul, entende que o país deve participar das negociações, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães acha que a Alca acabará por sepultar o próprio Mercosul.

Botafogo afirmou que a saída das negociações "acrescenta mais riscos ao Brasil, pois significa não estar lá para defender nossos interesses". Já Guimarães vê no tratado a impossibilidade de o país empreender políticas industrial e tecnológica dignas.

O senador José Fogaça (PMDB-

RS) argumentou que Japão e EUA não têm acordos de livre comércio, mas tarifas aduaneiras tão baixas que seriam o próprio livre comércio. Guimarães frisou que países

como os EUA têm, sim, tarifas altas, que usam para proteger setores como o de automóveis e a siderurgia.

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) elogiou o presidente da comissão, senador Roberto Requião (PMDB-PR), por transformá-la em um verdadeiro fórum de debates. Requião apresentou proposta for-

mulada por Fogaça para formação da "comunidade de cidadania latino-americana", com direitos iguais para os cidadãos. Com a aprovação da proposta, determinou que sejam convidados os embaixadores de Argentina, Paraguai e Uruguai para debater o assunto na próxima reunião da comissão, terça-feira.



Roberto Requião (ao centro) com os embaixadores Samuel Pinheiro Guimarães e José Botafogo Gonçalves

## Acolhidas indicações de três embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou pareceres favoráveis a mensagens indicando embaixadores do Brasil nos seguintes países: Cabo Verde, Granada e Costa do Marfim. As matérias serão submetidas agora ao Plenário. A CRE também aprovou parecer contrário do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) ao projeto do senador Osmar Dias (sem partido-PR) que propunha o fim das isenções fiscais para lojas do tipo *free shop* instaladas em aeroportos brasileiros.

Para Cabo Verde é indicado Vitor Cândido Paim Gobato, com parecer do senador João Al-



Os senadores da CRE, presidida por Jefferson Pêres, sabatinam o diplomata Vitor Gobato, indicado para embaixador em Cabo Verde

berto Souza (PMDB-MA); para Granada, cumulativamente, o embaixador brasileiro na República Cooperativista da Guiana, com parecer do senador Geral-

do Melo (PSDB-RN), e para Côte D'Ivoire, Fausto Orlando Campello Coelho, com parecer do senador Fernando Matusalém (PPB-RO).

## Especialistas defendem energia da biomassa

A adoção de políticas de incentivo à produção de energia a partir da biomassa foi defendida ontem por especialistas na comissão mista que estuda as causas da crise de abastecimento de energia no país. Suani Coelho, secretária-executiva do Centro Nacional de Referências em

Biomassa (Cenbio), afirmou que o Brasil tem capacidade de produzir 4 mil megawatts de energia, equivalentes a um terço do que produz a hidrelétrica de Itaipu, somente com o bagaço da cana usada na produção de álcool e açúcar. Expedito Pa-



Senadores Alberto Silva e Paulo Souto com o presidente da comissão, deputado Antonio Cambráia

rente, da Universidade Federal do Ceará, disse que o diesel produzido a partir do óleo de mamona tem um imenso mercado na Europa, a preços melhores que os praticados no mercado interno.

Para o relator da comissão, sena-

dor Paulo Souto (PFL-BA), seria o caso de estudar até mesmo a concessão de algum tipo de subsídio para a produção de diesel a partir do óleo de mamona. "Se tivermos condição de fazer no Nordeste uma cultura extensiva da mamona para produzir diesel, isso poderá ter uma característica social extremamente importante", disse. A seu ver, subsidiar esse tipo de produção pode ser mais vantajoso que aplicar recursos em programas assistencialistas de fornecimento de cestas básicas em épocas de seca.



Mauro quer programa partidário firme e com bandeiras fortes a favor da participação social

## Mauro lamenta falta de diálogo interno no PMDB

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou ontem que a falta de diálogo interno na convenção nacional do PMDB, realizada no último dia 9, resultou “num retrocesso” na história do partido. Segundo ele, no PMDB impera o sectarismo por parte dos que hoje estão no poder, tanto que peemedebistas de vários estados representados na convenção ficaram “alijados do processo de discussão interna do partido”. Segundo o senador por Goiás, o PMDB deveria ter aproveitado a oportunidade para ampliar o diálogo interno e demonstrar ao país que teria um programa partidário firme e com bandeiras fortes a favor de uma participação social mais intensa.

Mauro Miranda acrescentou que o PMDB deveria ter um programa que incluísse, por exemplo, o fortalecimento da agricultura, a reforma tributária para beneficiar sobretudo os pequenos e microempresários, e uma política urbana, porque, na sua opinião, os grandes centros brasileiros viraram um caos. O senador afirmou também que o PMDB deve ter candidato próprio à Presidência da República, “mas não atrelado ao atual governo, que deixou de dar esperanças ao povo brasileiro”.

— Esse candidato deve ter uma nova bandeira, com mais nacionalismo, e de compromisso especialmente com os mais humildes e com os mais pobres desse país — sugeriu Mauro Miranda.

# Relatório sobre Jader será lido hoje no Conselho de Ética

João Alberto, membro da comissão que investigou denúncias, obteve prazo de 24 horas para se inteirar do texto antes de decidir se o assina ou não

O relatório que indica a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), será lido às 12h30 de hoje, em reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. A informação foi dada pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC), presidente interino do conselho. Ele não adiantou o prazo que poderá ser concedido caso haja pedido de vista do relatório da comissão encarregada de investigar denúncias contra Jader; o prazo máximo para isso é de cinco dias.

A leitura do relatório estava prevista para ontem, mas o senador João Alberto (PMDB-MA) solicitou 24 horas para se inteirar do texto antes de decidir se o assina ou não. Ele e os outros dois membros da comissão, senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM), estiveram reunidos para acertar a condução dos trabalhos. João Alberto já havia adiantado que não assinaria o relatório se não houvesse a constatação de provas evidenciando a participação de Jader em desvio de recursos do Banco do Estado do Pará. Esse caso foi o principal ponto de investigação da comissão e, de acordo com



João Alberto, Jefferson Péres e Romeu Tuma tiveram reunião para discutir a apresentação do relatório sobre as denúncias contra Jader

Tuma e Jefferson, existem documentos e testemunhos que indicam o envolvimento de Jader.

João Alberto solicitou vista do relatório por cinco dias antes da apresentação ao conselho, mas o pedido foi negado por Althoff. Ele lembrou que o Regimento Interno só prevê o pedido de vista após a leitura do documento em reunião do conselho. Althoff também informou que, caso João Alberto não concorde com o relatório, poderá apresentar um voto em separado. Ambos os documentos — o relatório assinado por Tuma e Jefferson e o de João Alberto — seriam então apreciados

pelo Conselho de Ética.

### ELEIÇÕES

A bancada do PMDB defende a realização de eleições para a presidência do conselho antes da leitura do relatório. Althoff disse que, se a hipótese for regimental, não colocará obstáculos. Ele discorda, no entanto, da tese de que o PMDB, como maior bancada no Senado, tem direito de ocupar a presidência do Conselho de Ética.

— Esta é uma tradição da Casa que não encontra amparo no Regimento, e que, por exemplo, não foi observada na última eleição para a Presidência do Senado — disse.

## Cancelado depoimento de Eurico Miranda

O depoimento do presidente do Clube de Regatas Vasco da Gama, deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), à CPI do Futebol é indiferente para as investigações que vêm sendo realizadas, avaliou ontem o relator da comissão, senador Geraldo Althoff. Segundo ele, os documentos já coletados serão suficientes para formar um juízo entre os senadores a respeito das denúncias que envolvem o dirigente, entre elas a de desvio de recursos do clube.

Eurico deveria depor ontem. O depoimento foi marcado para o gabinete do deputado, já que, como parlamentar, ele tem direito de escolher o local. No entanto, segundo Althoff, o gabinete não reúne as condições mínimas para receber uma reunião da CPI. Apesar do cancelamento do depoimento, salien-



Geraldo Althoff afirma que cancelamento do depoimento de Eurico não prejudica investigação

tou Althoff, a comissão não terá seus trabalhos prejudicados. Ele disse que continuará trabalhando na elaboração do relatório, inclusive convocando outras pessoas ligadas ao Vasco. Para o senador, Eurico Miranda é que “perdeu uma oportunidade de se defender das acusações”.

No final da tarde de ontem, Althoff e o presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), divulgaram

nota à imprensa na qual apresentam as razões para o cancelamento da audiência com Eurico Miranda. “A CPI tem pautado seus trabalhos pelo fiel cumprimento dos ditames legais e constitucionais. De outra parte, não descuida do respeito incondicional ao amplo direito de defesa. Por isso observou o direito de Eurico Miranda, na condição de parlamentar, indicar data e local para o depoimento, embora não pudesse abrir mão de ouvi-lo em sessão pública, o que lhe foi formalmente comunicado”.

De acordo com Álvaro e Althoff, “tendo em vista o oferecimento de condições não razoáveis para a realização da sessão, além da evidente manifestação de desinteresse por parte do deputado em prestar esclarecimentos, a CPI decidiu convocar Mário Cupello, vice-presidente de Finanças do Vasco, para elucidar os fatos sob investigação”.

## Ornélas propõe mudança na Lei Eleitoral

Por iniciativa do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), dispositivo da legislação eleitoral que trata da identificação numérica dos candidatos aos cargos majoritários poderá sofrer alterações. De acordo com a proposta, que será votada em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), os candidatos deverão concorrer com o número do partido ao qual são filiados ou, em caso de coligação, com os números de todos os partidos que dela participem.

A regra vale para os postulantes aos cargos de presidente da República, governador e senador, embora estes, em caso de eleição para duas vagas no Senado, tenham que acrescentar o número 1 ou 2 à direita da numeração partidária. Segundo Ornélas, a exigência de identificação numérica distinta para os candidatos de um mesmo partido ou coligação ao Senado, quando da renovação de dois terços dos quadros da Casa (54 vagas), constitui um adendo à Lei Eleitoral.

Na justificativa ao projeto, o senador baiano ressalta sua intenção de corrigir uma “distorção” praticada pela legislação eleitoral ao regulamentar a identificação numérica dos candidatos a cargos executivos federal e estadual e ao Senado. Atualmente, exige-se que, mesmo em caso de coligação, esses candidatos concorram apenas com o número do partido no qual foram registrados.

“Isso não está correto, uma vez que o candidato majoritário por uma coligação disputa a eleição por todos os partidos que a compõem e, muitas vezes, a chapa é mesmo formada por partidos diversos”, afirmou. Waldeck Ornélas sustenta ainda que a alteração sugerida pretende estender às eleições majoritárias regra já adotada nas eleições proporcionais, quando o voto em qualquer dos partidos da coligação é contado para a respectiva chapa.